

FALIBILISMO: CRÍTICA E COERÊNCIA LINGUÍSTICA

FALLIBILISM: LINGUISTIC CRITICISM AND COHERENCE

Remi Schorn¹; Elza Maria Fonseca Falkenbach²

Resumo

O presente artigo consiste em uma defesa de que o racionalismo crítico em suas teses centrais, a objetividade, o falibilismo, a negação da indução e principalmente a deflação do critério de demarcação entre ciência e os demais saberes, constitui um importante instrumento teórico tanto para as ciências sociais como para o ambientalismo enquanto movimento social. A concepção de que os problemas científicos podem ser concebidos como problematizações de questões teórico-práticas, ou mesmo de senso comum, implica que toda e qualquer preocupação humana compõe o universo das questões que podem redundar em ciência. As motivações subjetivas, enquanto dimensões espirituais são, nessa condição, legítimas promotoras das questões que, desenvolvidas em linguagem objetiva, traduzem-se em concepções científicas.

Palavras chave: Racionalismo, Falibilismo, Ambientalismo, Interdisciplinaridade.

Abstract

This paper is an argument that critical rationalism in its central theses, objectivity, fallibilism, denial of induction and especially deflation criterion of demarcation between science and other knowledge, constitutes an important theoretical tool for both social sciences to environmentalism as a social movement. The idea that the scientific problems can be designed as problematizations of theoretical and practical issues, or even common sense implies that any human concern makes up the universe of issues that can lead to science. The subjective motivations, while spiritual dimensions are legitimate promoters of the issues that developed in objective language, translate into scientific conceptions.

¹ Professor da UNIOESTE. Doutorado em Filosofia. E-mail: remirs@hotmail.com

² Professora da UNIJUÍ. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. E-mail: elzaf@unijuí.tche.br

Keywords: Rationalism, Fallibilism, Environmentalism, Interdisciplinarity.

Mesmo as teorias científicas espetaculares e bem-sucedidas devem ser vistas como hipóteses que jamais serão definitivamente justificadas e estabelecidas.
Karl Popper

Objetividade, demarcação e indução

Considerar a crítica racional como sinônimo de filosofia foi o passo decisivo dado por Popper para criar as condições à sua proposta filosófica própria e buscar fazer uma segunda revolução copernicana, aos moldes daquela proposta por Kant. Este defendera a tese de que, na tarefa da investigação metafísica, a nossa faculdade de conhecimento não pode ser orientada pelo mundo, mas este por elas. Popper, por seu turno, propôs que se quisermos avançar em direção à verdade do conhecimento, não devemos tentar demonstrar que o mundo se comporta conforme nossas idéias, antes, devemos conceber que nossas idéias somente referem o mundo quando são falsificáveis. Da realidade podemos apenas extrair exemplos da incongruência das idéias, e assim, corrigi-las repetidamente. O critério de cientificidade proposto por Popper somente inclui, no horizonte científico, que é o horizonte objetivamente racional e assim o da filosofia, aquele conjunto de proposições que são falsificáveis, que estão abertas à interpelação crítica e que correm o risco de denúncia por falsidade. O critério de demarcação entre ciência e os demais saberes explicita a introdução da crítica como constitutiva do conhecer e produtora das condições de distinção entre sistemas de ideias não falsificáveis e aqueles falsificáveis. Nesta linha de raciocínio, trata-se de propor sistemas teóricos abertos, que reconhecem a impossibilidade da completude sem contradição e, assim, não desejam mais do que propor conjecturas científicas coerentes sobre o mundo. Da concepção crítica, relativamente à filosofia, Popper deriva o estabelecimento do critério da demarcação científica e com isso, ele constituiu a condição para a solução ao problema da indução, considerando-o uma particularidade do problema da demarcação e, por isso, resolvido com base na solução daquele. Deste critério constituiu-se uma teoria da racionalidade, da qual decorre um conjunto de padrões para teorias científicas. Diferentemente de um conjunto de regras metodológicas mecânicas que

tornem possível alcançar respostas a problemas, a demarcação é adequada para avaliar, na condição de hipóteses, as respostas fornecidas previamente. Enquanto isso, a psicologia empírica tem a tarefa de tentar responder como concebemos nossas idéias, o domínio da lógica da investigação orienta, normativamente, para apreciação das soluções tentadas. Assim, Popper elaborou sugestões objetivando o estabelecimento de convenções quanto ao que deva contar como referência para decidirmos aceitar uma teoria como científica. Ele sugeriu, sinteticamente, que isso só deva ocorrer quando uma experiência crucial puder ser concebida contra ela e, propôs também que se deva ter como referência para rejeitar uma teoria sua refutação por uma situação de experiência crucial, quando a teoria não resiste ao teste à que foi submetida.

Segundo Lakatos, “a lógica da descoberta de Popper atribui, pela primeira vez no contexto de um programa de investigação epistemológica importante, um novo papel à experiência em ciência: as teorias científicas não se baseiam, não são estabelecidas ou probabilizadas por factos, mas antes eliminadas por estes” (Lakatos, 1974, p. 242). A objetividade do conhecimento e a demarcação científica são temas que denotam sua riqueza e relevância e, permitem explicitar a proposta popperiana ao problema da indução. Hume entendera que, logicamente, para aceitarmos a indução, deveríamos conceber a uniformidade do mundo, do passado ao presente e ao futuro, dessa forma, o que foi verificado até determinado tempo, subsidia a inferência dos acontecimentos futuros. Entretanto, uma tal concepção de mundo não é necessária e, por isso surge o problema da necessidade da indução para justificar essa concepção, incidindo em círculo vicioso. Para Hume, a crença indutiva é tanto incontornável como indemonstrável, Popper a compreendeu como indemonstrável e contornável em uma resposta convincente e refinada ao problema ao mesmo tempo que evita incidir em dogmatismos. Ele recusa a idéia de que a inferência indutiva seja o caminho para se estabelecer o vínculo de um sistema teórico com a experiência empírica por não aceitar que “os enunciados científicos mais universais seriam válidos e objetivos se, e somente se, obtidos via inferência indutiva de enunciados de observação (que, baseados em juízos de percepção da realidade, não teriam questionado sua objetividade)” (Paiva, 1997, p. 64). Popper afirma que “inferências que levam a teorias, partindo-se de enunciados singulares ‘verificados pela experiência’ (não importa o que isto possa significar) são logicamente inadmissíveis” (Popper, 1972, p. 41). Com isso, Popper

nega o caminho sugerido pelos indutivistas, que vai dos juízos de percepção aos enunciados de observação ou enunciados singulares e, finalmente, aos enunciados científicos de elevada universalidade.

Qual, exatamente, a objeção de Popper ao princípio da indução? Ele acredita que, se tentarmos justificar o raciocínio indutivo considerando que sua verdade é decorrente da experiência, incorreremos no mesmo problema do princípio da indução enquanto tal: teremos que recorrer a inferências indutivas e, para justificá-las, lançar mão de um princípio de indução de ordem superior, isto é, faremos a verificação da verificação, incorrendo no que denomina de regressão indutiva. Por razão similar, Popper rejeita, também, a idéia de probabilidade, associada pelos indutivistas à apreciação de enunciados fundados no raciocínio indutivo: para ele, esta também poderá levar à regressão – apreciação da apreciação – ou ao apriorismo, quando a probabilidade for associada a um enunciado sintético verdadeiro, à probabilidade máxima. Em termos lógicos, em ambas as situações teremos uma projeção que vai além das premissas (Cf. Popper, 1999, p. 29), o que demonstra a debilidade de tais procedimentos especialmente para estabelecer a demarcação entre ciência e não ciência. Ele assinala que a indução se constituiu como erro histórico, pois, Aristóteles teria compreendido mal Parmênides, quando teve intuito puramente satírico ao afirmar que “muitos mortais nada têm em sua inteligência transviada que ali não tenha chegado através de seus sentidos transviados” (Popper, 1975, p. 53). E, somente por isso a tradição deu crédito à indução.

Popper propõe que todo conhecimento seja entendido como hipotético/conjectural e, dessa forma, o problema da indução fica superado já que não mais se trata de fundamentar a crença na verdade com proposições singulares. Antes, se trata de considerar o conhecimento científico, expresso em linguagem humana, como sujeito que, por meio de uma constante seleção crítica, num processo evolucionário, pode aumentar e ser renovado pela auto-correção dos erros. A crítica objetiva age como uma espora, para levar o conhecimento sempre à frente, e como uma rédea, para impedir abstrações vagas. A seleção crítica elimina as teorias menos aptas a explicar conjuntos variados de fenômenos como parte de um mesmo sistema. Estes conjuntos, subsistemas de sistemas cosmológicos, podem apresentar contradições entre si, mas não podem ser contraditórios ao sistema

explicativo como um todo. Com o recurso da crítica, Popper, após identificar que a indução havia sido tratada como processo destituído de críticas, reformula o problema e identifica um duplo erro: a) supor que o futuro será como o passado e b) supor que há inferência indutiva e normas para extrair inferências.

Após propor que a resolução do problema da indução ocorre por sua dissolução, afirma que tanto a indução repetitiva como a indução por enumeração são falsas. Nenhum número de observações, por maior que seja, pode garantir ou inferir que a totalidade dos fenômenos existentes – passados, presentes ou futuros – tenham as mesmas características dos observados. Independentemente do número de cisnes brancos observados, não se pode inferir que todos os cisnes são brancos. A indução eliminatória baseia-se na rejeição das falsas teorias. Sua não-sustentação se deve ao número infinito de teorias rivais; assim, torna-se infinito e irrealizável o trabalho de exclusão das teorias falsas. Para cada problema existem infinitas soluções logicamente possíveis. Isso invalida totalmente a indução eliminatória. Do ponto de vista lógico, portanto, não se pode justificar a inferência de assertivas universais a partir de assertivas singulares.

Outra perspectiva de análise da questão da indução é de que o princípio da indução - como proposto por John Stuart Mill em seu *A system of logic* de 1843 - ou é uma proposição analítica e neste caso tautológica ou é sintética e, por sua vez, empírica. Assim, caso existisse um princípio de indução puramente lógico, o problema da indução seria impossível, pois, as inferências indutivas seriam consideradas transformações puramente lógicas, tautologias, como as da dedução. Então, seu princípio somente pode ser sintético e, neste caso, ao se pretender atribuir veracidade como esta é conhecida na experiência, se é levado de volta ao problema que deu origem à introdução do raciocínio. Logo, nem a perspectiva da analiticidade, nem a da sinteticidade oferecem possibilidade de resolução ao problema da indução, entretanto, constituem elementos adequados para negar a indução como procedimento digno de crédito.

No que se refere à objetividade do conhecimento e à demarcação científica, Popper atribui grande relevância à outra questão que está associada ao indutivismo, qual seja, a questão da observação constituidora dos enunciados básicos decorrentes da apreensão da

realidade empírica. Ele nomeia *enunciado básico* ou *proposição básica* aos enunciados que podem atuar como premissas em falsificações empíricas, enunciados de fatos singulares que podem ser arrolados à argumentação como evidência para a falsificação de teorias. (Cf. Popper, 2002, p. 21). Parece-lhe impossível uma observação dos fatos da realidade empírica que seja isenta. “Todas as observações são impregnadas de teorias; não existe observação pura, desinteressada, ou livre de teoria” (Popper, 1989, p. 60). Refere-se ao alto grau de seletividade das descrições científicas, ponderando que, como uma descrição parte de um foco, na própria definição do foco da observação já há a contaminação de pressupostos, de valores e de teorias que o cientista já incorporou em sua consciência. Procura proteger-se da forma como os indutivistas usam a observação e, ainda, desmistificar os recursos preconizados por estes para torná-la objetiva que, de modo geral, situam-se no nível do cientista e do seu preparo para as investidas intelectuais. Admite a observação numa outra perspectiva, qual seja, a observação que se coloca como geradora do problema que, embora em primeira mão possa se configurar como de ordem prática, para constituir-se em ponto de partida do trabalho científico, terá que se converter em problema de natureza teórica (Popper, 1999, p. 73); outrossim, admite a observação-contrastadora, observação-experiência-empírica, no contexto do raciocínio dedutivo.

Ao refutar o argumento indutivo, denunciando suas conseqüências pouco alentadoras ao avanço da ciência, e propor a conjectura e o teste, a crítica e o falibilismo, como princípios de objetividade e de demarcação entre a ciência e a não-ciência, Popper contribui significativamente para a abertura da concepção de racionalidade científica e, conseqüentemente, para o fazer científico. Oferece novos elementos filosóficos, metodológicos e éticos, provocando, com ousadia, o debate, não só por rejeitar todo argumento não-dedutivo (Newton-Smith, 1997, p. 26) e levar a sério as conseqüências dessa postura, como também por argumentar sobre a crença de que “jamais podemos saber se uma teoria universal é verdadeira” (O’Hear, 1997, p. 8). Para ele, as leis científicas não são demonstráveis, não são verificáveis empiricamente.

Popper considera correto afirmar que enunciados só podem ser logicamente justificados por enunciados. Para ele, uma teoria científica, enquanto proposição sintética e universal, é inverificável e o acesso à empiricidade somente pode ser alcançado por

inferência de sentenças de base a partir de teorias. Entende que é possível solucionar tal dificuldade separando os aspectos psicológicos do problema de seus aspectos lógicos e metodológicos. Distingue, de uma parte, nossas experiências subjetivas ou nosso sentimento de convicção, que jamais podem justificar qualquer enunciado e, de outra parte, as relações lógicas objetivas, que se manifestam entre os vários sistemas de enunciados científicos e dentro de cada um deles. Popper salienta (1983, p. 181) que é de caráter logicamente fundamental a assimetria entre falsificação empírica e verificação. Para ele, um conjunto de enunciados básicos pode, por vezes, falsificar ou refutar uma lei universal, mas não pode verificar uma lei, no sentido de estabelecê-la.

Há, então, a possibilidade de que as teorias sejam submetidas à crítica e contrastadas com as proposições de base (Cf. Caponi, 1993, p. 86), isto é, que possam submeter-se a testes dirigidos no sentido da refutação das mesmas. O procedimento consiste em extrair, por meio de dedução lógica, conseqüências das teorias propostas, fazendo, a partir destas, referências a situações observacionais particulares. Se as conseqüências singulares se mostrarem aceitáveis e forem não rejeitadas, a teoria não terá sido refutada; terá havido a sua corroboração pela experiência, o que não significa afirmar que essa teoria seja verdadeira ou mesmo provável, mas que ela resistiu à prova. Se as conclusões singulares tiverem sido falseadas, esse resultado será revertido à teoria da qual as conseqüências advieram (Popper, 1974, p. 34), passando a constituir novos subsídios ao exercício da crítica.

A abertura e a provocação ao debate desencadeado pela filosofia da ciência de Popper não se limitam ao impacto de suas refutações lógicas, nem do decorrente método que propõe para as Ciências Sociais e Naturais. Seu pensamento é também provocador por levar a dilemas como o que pontua ao discutir o progresso da ciência e procurar demonstrá-lo por meio de conjecturas sobre teorias de verossimilhança cada vez mais ampliadas, isto é, por teorias que possam ter maior conteúdo de verdade e conteúdo de falsidade diminuído em relação às anteriores. Seu pensamento guarda outra característica provocadora que é ser metodologicamente revolucionário, embora mantendo alguns pressupostos conservadores – como o seu rigor lógico-formal. Entretanto, podemos crer que por muito tempo o pensamento de Popper se manterá na ordem-do-dia, sem dúvida contribuindo para o

progresso da ciência, se admitirmos que este processo é, basicamente, movido pela crítica considerada em sua dimensão social. Queremos explorar um pouco mais esse ponto, que corresponde ao coração do legado do autor.

Falibilismo e crítica social, chave da objetividade

Popper observa que a crítica é a vitalidade da teoria, mas não a crítica minuciosa de questões pontuais sem um entendimento dos grandes problemas de cosmologia, de conhecimento humano, de ética e de política, e sem uma tentativa séria e devotada de solucioná-los. Contrário ao escolástico que sepulta as grandes idéias em torrentes de palavras arrogantes e rudes, o intelectual contemporâneo deve, em função da posição que ocupa, escrever de maneira mais simples e clara, não esquecendo que os grandes problemas da humanidade exigem novas e corajosas, mas cuidadosas, idéias e requerem a humildade de Sócrates, do homem que sabe quão pouco sabe.

O falibilismo é um processo dedutivo de verificação, chave metodológica para a abertura do conhecimento e da produção científica à crítica; com ele, a objetividade científica está firmada na disposição a exercer e aceitar crítica e, por esse caminho, perseguir a verdade. Essa forma de racionalidade distingue ciência e não-ciência pela atitude crítica no aprendizado com a experiência. Newton-Smith (1997, p. 25) afirma que essa atitude crítica atribuída à ciência tem caráter social e depende de circunstâncias sociais e políticas; não é propriedade do indivíduo isolado; não é um cientista que dela se apossa; é intersubjetividade construída, propriedade de uma estrutura social que reúne cientistas.

Aquilo que se pode designar por objetividade científica encontra-se única e exclusivamente na tradição *crítica*, na tradição que, mau grado todas as resistências, permite muitas vezes criticar um dogma dominante. Dito de outro modo, a objetividade da ciência não é uma questão individual dos diversos cientistas, mas antes uma questão social da sua crítica recíproca, da divisão do trabalho, amistoso-hostil, dos cientistas, da colaboração mas também das guerras entre si. Está, por conseguinte, dependente em parte de todo um conjunto de circunstâncias, sociais e políticas, que tornam possível tal crítica (Popper, 1989, p. 78).

Popper situa a questão da verdade no contexto dos raciocínios lógico-dedutivos. A crítica acompanha, incita, põe em questão a explicação do problema do conhecimento (explicação subtraída de teorias, de sistemas dedutivos), as tentativas de solução,

especialmente a pretensão de verdade contida nessa explicação. E o mecanismo falseador atua no sentido de mostrar que esta pretensão à verdade é falsa (Popper, 1989, p. 78). Contudo, é pressuposto do falibilismo a relativização do conceito de verdade e a adoção do conceito de aproximação à verdade, o que revela um traço progressista em seu pensamento, apesar de a verdade ter caráter de idéia reguladora. No momento em que Popper procura conduzir essa expansão da verdade para a discussão das explicações produzidas pela lógica da situação, caminho encontrado para resguardar a objetividade nas Ciências Sociais, mas que supõe a conversão de fatores psicológicos em fatores objetivos de ordem situacional, o traço progressista se depara com o reducionismo da conversão. As ponderações sobre a falsidade das explicações produzidas pela lógica da situação (1989, p. 83), ao proporem a conversão, que a referida lógica da situação traz implícita, mesmo relativizando o conceito de explicação e mantendo um conceito ampliado de verdade, se reduzem.

Quando Popper aceita a tese de Tarski de que a verdade de um enunciado é sua correspondência com os fatos, as bases fundamentais do seu pensamento, ou seja, o realismo, a objetividade do mundo, o critério falsificacionista de demarcação e o ponto de partida situado na lógica da ciência encontram, no conceito de verdade, a metalinguagem que passa o operar sobre a linguagem-objeto. A metalinguagem tem a virtualidade de poder se referir a enunciados da linguagem-objeto e também aos fatos descritos.

Significa que a linguagem em que falamos para explicar a correspondência deve possuir os meios necessários para *referir-se* às sentenças e para *descrever* fatos. Se eu tenho uma linguagem que disponha de ambos esses meios, então esta linguagem - a *metalinguagem* - pode falar acerca da correspondência entre sentenças e fatos sem qualquer dificuldade (Popper, 1975, p. 288).

A teoria da verdade defendida por Popper possibilita conceber uma epistemologia realista, em que o conhecimento é referência verdadeira do mundo. Isto é, reconhece que a atividade cognoscitiva dos sujeitos sociais pode descrever a realidade do mundo objetivamente, como realidade independente e cognoscível.

A deflação do critério de demarcação e sua implicação na constituição das ciências

O pensamento de Popper protagoniza a temática do falibilismo e dirige a reflexão à duas importantes questões: O racionalismo crítico oferece elementos que permitem provocar rompimentos nos limites disciplinares e na demarcação científica tradicional ou cria entraves para que isso ocorra? Até que ponto a filosofia da ciência falibilista pode contribuir para situar a discussão de novos objetos científicos? Uma resposta à tais questões implica tratar também das potencialidades e limites do popperianismo para a construção de conhecimento interdisciplinar de forma interdisciplinar.

Os procedimentos propostos pelo autor para desencadear e sustentar a continuidade da crítica podem, em uma visão superficial, ser tidos como limitadores. O falibilismo, como chave metodológica da crítica, vai exigir a convergência de conhecimentos, teorias ou sistemas dedutivos ao problema construído. Exigirá respostas na forma de tentativas hipotéticas e conjecturais de solução experimental do problema, que demandarão a contrastação contrafactual, de modo a ser possível rejeitar as teorias ou sistemas dedutivos em questão. Problemas como os concernentes ao ambientalismo, em sua fase inicial, enquanto concernentes ao âmbito do pensamento, encontrarão dificuldades de se moldarem a tais tentativas de solução experimental. Os elementos constituintes destes problemas serão mais complexos e mais amplos do que os seus possíveis correlatos, os fatores situacionais previstos pela prova de objetividade construída por meio da lógica da situação (Popper, 1989, p. 83), a lógica que condiz com as ciências sociais. Se assim tratados, como previsto pelo pensamento de Popper, tanto os problemas como os seus elementos constituintes ficariam - a primeira vista, em sua assistematicidade inicial - diminuídos, simplificados, mutilados, reduzidos. A transformação de fatores psicológicos (desejos, impulsos, recordações e associações) em fatores situacionais pode ser questionada, tanto quanto o fato da submissão, à lógica da situação, da diversidade de elementos associados às dimensões espirituais e estéticas dos problemas ambientais.

Dentro desta mesma temática, temos ainda questões: será possível, pelo mecanismo da conversão implícito na lógica da situação, a apreensão das formas de relação/convergência dos diversos processos que constituem o ambiente? Será possível, através dessa mesma lógica, a apreensão da articulação de saberes capazes de tensionar esse

mesmo ambiente construindo problemas geradores de conhecimento? Até que ponto a lógica da situação será capaz de possibilitar a apreensão de problemas ambientais, desde sua dimensão material e técnica, espiritual e estética? Como apreender as hierarquizações sucessivas que a crítica (vista segundo a racionalidade de Popper e vista como diálogo) poderá inferir na abordagem da problemática ambiental? E as ressignificações intersubjetivas que poderão construir novas hierarquias, como apreende-las? As duas últimas questões são também formuladas desde o pressuposto de sua sujeição à lógica situacional.

Estas são questões que dão ancoragem a hipóteses/respostas que exprimem e pedem uma relação nova com o conhecimento. Já não basta, para responder a essas questões, o território de uma só disciplina para criar respostas. Também não lhes satisfaz a metódica unificada e mecânica que não percebe a diversidade teórica. Menos ainda os procedimentos que não possibilitam chegar ao conhecimento desde a vida e desta em movimento. Tampouco aqueles que não chegam a ultrapassar a vida nos seus recortes contingenciais. Essas questões delineiam o que não se sabe, mas contêm a sombra do que se sabe e, acreditamos, são capazes de direcionar a busca e traçar um foco mais definido para que se chegue ao conhecimento com menos ansiedade.

A racionalidade crítica de Popper poderia ainda nos coloca frente ao risco de termos os processos de produção de conhecimento, no caso, associada ao ambientalismo e à interdisciplinaridade, amarrados pela homogeneização que essa mesma lógica seria capaz de produzir, quando as dimensões e os elementos que convergem a esses processos são, por natureza, diversos. Também há risco de vermos os mesmos processos tachados de precários em relevância tendo em vista sua dificuldade de contrastabilidade.

Entretanto, a consideração responsável das questões acima implica lembrar que Popper distingue radicalmente as condições de criação de teorias e constituição de universos de referência, da ciência objetiva propriamente dita. No ambiente de criação teórica - tradicionalmente chamado de contexto da descoberta - não há o menor regramento, não há metodologia prevista na teoria popperiana. A substancialidade e importância dessa abertura do universo criativo está exatamente em impedir o psicologismo vulgarizado que

tenta infrutiferamente, e com resultados sempre subjetivistas, estabelecer o que nos leva a ter as idéias ou quais imagens mentais criamos em decorrência de quais processos subjetivos. O processo de criação de idéias, em qualquer área de interesse têm conotação artística, trata-se de *insights* que nos desafiam ao processo de sistematização quando potencialmente objetivos. Entretanto, sua origem envolve o mesmo universo de elementos das demais intuições por estarem igualmente submetidas às dimensões materiais e técnicas, espirituais e estéticas - elas não poderiam ser de outra ordem, não há um universo paralelo auto-produzido, há um mundo objetivo criado pelo mundo subjetivo e que reflete - está em acordo com - o mundo empírico.

No concernente ao resultado desse processo é que Popper faz referência em sua filosofia e, nessa condição, discute a sustentabilidade, apenas do discurso que quer reivindicar cientificidade. Em sua maturidade, ele claramente relativiza o teste experimental e reforça a proposição de testes críticos nos quais as provas são partes da análise. Ele apresenta uma configuração que sintetiza sua compreensão sobre a sustentabilidade do conhecimento científico, como vemos na passagem seguinte:

A fraqueza da teoria subjetiva da probabilidade é partilhada por todas as epistemologias subjetivistas (sensualista, fenomenalista, solipsista, etc.). Por epistemologia subjetivista entendo a tentativa de responder à questão ‘Como conhece?’ no sentido de ‘Qual a base da sua asserção? Que observações o conduziram a [ela]...? Questões subjetivistas e indutivistas como estas pedem as respostas subjetivistas e indutivistas habituais. A minha única resposta seria: ‘Não sei: a minha asserção era apenas uma suposição. Não importa as observações que aí me conduziram. Em vez disso, podem ajudar-me criticando a minha asserção e utilizando a vossa ingenuidade na criação de alguns testes experimentais que podem refutar a minha asserção se ela for errada, como pode muito bem ser (Popper, 1983, p. 341).

Não há, na passagem citada, nenhuma atribuição de demérito ou ilegitimidade aos elementos subjetivos, contudo, Popper os considera imperscrutáveis. A subjetividade é incomunicável uma vez que para que tal ocorresse o ingresso em uma linguagem cujos conceitos sejam objetivamente convencionados é condição indispensável. As representações mentais não podem ser separadas da mente e expostas à visão pública de forma que um indivíduo possa ter a representação mental de outro nem se pode saber se duas representações sobre o mesmo fenômeno coincidem. Neste aspecto Popper concorda com Frege, para quem “ninguém tem a representação mental de outro, unicamente a sua

própria, e ninguém sequer sabe o quanto sua representação mental - por exemplo de “vermelho” - coincide com a de outros; pois eu não posso expressar o que é peculiar à representação mental que eu associo com a palavra “vermelho” (Frege, 1984, p. 198). Não havendo como comparar representações mentais de pessoas distintas, qualquer conhecimento possível é necessariamente habitante do universo da linguagem e sob os aspectos da linguagem é que será ou não relevante. Segundo Popper, a linguagem pode assumir quatro modos, a sinalizadora e expressiva, compartilhada pelos homens e os demais animais, a argumentativa e a declarativa, especificamente humanas. A atividade humana objetiva ocorre no âmbito da linguagem estritamente humana, o mundo dos problemas objetivos é exclusivamente humano, assim, constituído de declarações e argumentos.

Popper apresenta uma formulação epistemológica que assume a opção por submeter os enunciados teóricos da ciência a testes que revelem suas debilidades objetivas e, assim, permitam à imaginação criadora superar tais deficiências com novas conjecturas. Não havendo como concluir finalmente pela verdade ou falsidade das comparações entre enunciados de base e teorias científicas, as interpretações serão confrontadas para a eliminação de eventuais contradições ou para o aperfeiçoamento de respostas ainda ingênuas. Contudo, o conhecimento não pode ser descrito como um sistema de disposições que se prende a sentimentos de crença ou convicção. Em seu tratamento da questão dos valores, Popper é claro em sua décima quarta tese: “(...) considerarei como praticamente impossível banir da atividade científica os valores extra-científicos” e segue argumentando que pretender isentar o cientista de valores extra-científicos é anular o indivíduo e, ao mesmo tempo, retirar a relação amorosa do processo de aproximação à verdade (1989, p. 79). Essa tese cabe e é muito relevante para quem trata um problema de pesquisa levando em conta sua dimensão cultural. Mais relevante ainda se torna, se a abordagem do problema se faz desde a polifonia interdisciplinar que estará necessariamente ancorada em valores: valores da estrutura social e valores do indivíduo. Valores intimamente associados aos saberes, que através deles e com eles entram em diálogo. Valores que se hierarquizam, por acolhimento e repulsa e se integram com o conhecimento, para tomar posse do problema. Valores que, no processo, mudam e são relevantes na conformação de novas hierarquias dos processos e dos elementos que convergem para dar conta do problema. Popper não

chega a dar esse sentido intra-conhecimento aos valores que se articulam nos processos sociais; nem enfatiza o poder de calarem assim tão fundo sobre a lógica desses mesmos processos. Refere-se aos mesmos como valores extra-científicos. Mas os integra ao exercício da crítica e acaba por torná-los orgânicos aos processos de produção científica, como também à política e demais atividades sociais. Esses valores são constituidores das subjetividades que, intersubjetivamente, redundam em critérios de verdade. Isso acaba por constituir as condições decisivas no âmbito da subjetividade para a avaliação intersubjetiva e conseqüente consideração quanto à legitimidade científica das conjecturas. Como a linha divisória entre o científico e o não científico é ténue, por afirmar apenas que para ser científico deve ser refutável, a única exigência popperiana é que o pretendente à enunciação de uma teoria científica, objetivamente não pronuncie contradições, que já estão refutadas pelo princípio de não-contradição de Aristóteles, ou, tautologias, que serão sempre verdadeiras. Popper acaba por constituir uma oposição à pretensa tese de que haja um fazer científico no âmbito da subjetividade, para ele, não há ciência sem objeto científico e não há objeto subjetivo, apesar de todo reconhecimento de que os objetos são constituídos intersubjetivamente.

Retomemos, conclusivamente, nossa questão: quais são as potencialidades que o racionalismo crítico oferecem para a construção de conhecimento interdisciplinar de forma interdisciplinar? A mais importante potência pode ser identificada na defesa de Popper de que o processo científico pode iniciar com o senso comum, progredir por sua crítica rumo à objetividade e maior consciência dos problemas. O senso comum não é teoricamente disciplinar. Os problemas científicos não tem sempre uma origem de ordem teórica, mas devem, necessariamente, ser convertidos em problemas de natureza teórica objetiva (Popper, 1989, p. 72). Há um clima de acolhimento, no pensamento do autor, de problemas eminentemente teórico-práticos e, assim, de novos objetos decorrentes e formulados por novas preocupações humanas, como podemos caracterizar os problemas concernentes às ciências sociais e ao ambientalismo. Igualmente, ele não impõe barreiras ao caráter interdisciplinar dos problemas científicos; pelo contrário, afirma com clareza que “o que existe de fato são problemas e as tradições científicas” (Popper, 1989, p. 75) e que aquilo que é chamado disciplina científica nada mais é do que um conglomerado de problemas, de tentativas de solução destes e a crítica, “demarcado de uma forma artificial” (Popper, 1999,

p 19). A crítica pressupõe a auto-responsabilidade e a auto-capacidade de assegurar a objetividade das ciências, que não advém do cientista individualmente mas da intersubjetividade estruturada no bojo da abertura e da provocação ao debate. “A objetividade na ciência não é uma questão individual dos diversos cientistas, mas antes uma questão social da sua crítica recíproca, da divisão do trabalho amistoso, hostil, dos cientistas, da colaboração, mas também das guerras entre si” (Popper, 1989, p. 78). Essa objetividade depende, outrossim, de um conjunto de circunstâncias sociais e políticas que dão espaço à crítica (Popper, 1989, p. 77/78). Assim, a crítica, coração do pensamento de Popper e sua concepção de racionalidade processual e construtiva podem ser propícia à dialogia interdisciplinar que as concepções mais amplas de ambientalismo demandam para tencionar o conhecimento e criar focos de investigação e de ação objetiva.

REFERÊNCIAS

CAPONI, Gustavo. “Materia y forma de la razón Popperiana”. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 10, n. 14, p.80-00, set. 1993.

_____. *Epistemologia em clave institucional: el sesgo sociológico de la metodología popperiana*. Manuscrito, Campinas, v. 18, n. 1, p.65-96, abr. 1995.

FREGE, Gottlob. Review of E. Husserl’s *philosophie der arithmetik*. In: FREGE, *Collected papers on mathematics, logic and philosophy*. Oxford: Brasil Blackwell, 1984, p 195-209.

LAKATOS, “Popper on demarcation and induction”. In: Schilpp, P. (ed.) *The philosophy of Karl Popper*, La Salle, III: Open Court, 1974.

O’HEAR, Anthony. *Karl Popper: filosofia e problemas*. São Paulo: Ed. UNESP 1997. – (UNESP/Cambridge), 352 p.

PAIVA, Luís Enrique. *Weber e Popper: filosofia das Ciências Sociais*. Piracicaba (SP): Ed. UNIMEP, 1997. 112 p.

POPPER, Karl. “Replies to my critics”. In: Schilpp, P. (ed.) *The philosophy of Karl Popper*, La Salle, III: Open Court, 1974.

_____. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975. 567 p.

_____. *Realism and the aim of science*. London and New York, Routledge, 1983, 420 p.

_____. “A lógica das ciências sociais”. In: *Em busca de um mundo melhor*. Lisboa: Fragmento, 1989.

_____. “Um enfoque pluralista da filosofia da história”. In: *El mito del marco común: en defensa de la ciencia y la racionalidad*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997. 225p, P. 131-151.

_____. *Lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2^a Ed, 1999, 101p.

_____. *The logic of scientific discovery*. London and New York: Rourledge Classics, 2002, 513 p.